

LIVROS DIDÁTICOS E O USO DE FILMES NO ENSINO DE HISTÓRIA: ANÁLISES DAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS SUGERIDAS AOS PROFESSORES

SANDRA REGINA MENDES*;

FABIANA DE MARINHO FERNANDES**

O presente trabalho objetiva analisar as propostas teórico-metodológicas que os autores dos Livros Didáticos de História, selecionados pelo Guia do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio 2008, sugerem aos professores no que se refere ao uso de filmes para ampliar as possibilidades de aprendizagem da História. Como foco da investigação, tomou-se o “Manual do Professor” que acompanha os livros destinados aos docentes, os capítulos das obras que continham sugestões ou atividades para o uso de filmes, partindo de duas reflexões principais: existem orientações e atividades que permitam aos professores desenvolver um trabalho fundamentado nas questões teórico-metodológicas de uso do cinema na sala de aulas ou as propostas e atividades se restringem ao uso do filme apenas como ilustração, fornecendo simples listagens? Teoricamente o trabalho está fundamentado nas discussões de Jorge Nóvoa (2008), José D`Assunção Barros (2008) e Napolitano (2006) que discutem a apropriação desta linguagem como uma ferramenta para educação e desenvolvimento do senso crítico do cidadão. Ainda foram elaboradas reflexões sobre o papel do livro didático na formação do saber histórico escolar.

1 A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA

O livro didático é um dos elementos importantes no processo educacional e, como parte da cultura de várias gerações, tem acompanhado as muitas transformações sociais, sem deixar de possuir uma função relevante na atuação como mediador na

* Professora da Faculdade Santo Agostinho/Ipiaú-Bahia, Mestre em Cultura e Turismo (UESC).

** Graduada em História (FACSA)

construção do conhecimento. Com ele, tornou-se possível transmitir fatos, acontecimentos históricos, descobertas, tratados, códigos, entre outros. Por ser um elemento tão significativo no processo educacional, o livro didático vem sendo ponto de discussão e de pesquisa seja no seu aspecto pedagógico, político, econômico e/ou cultural. A preocupação é válida, pois em muitos casos, ele é o único livro com o qual o aluno, principalmente nas séries iniciais, terá contato.

O livro didático tem sua origem antes mesmo do surgimento da imprensa, quando na Europa os próprios estudantes universitários, diante da falta de livros, que eram raros, criavam suas próprias coletâneas de textos. Com o surgimento da imprensa no final do século XV, os livros passaram a ser os primeiros elementos fabricados em séries, iniciando sua solidificação de depositário de verdades científicas e universais.

No Brasil sua trajetória para que chegasse até as nossas escolas remota a 1808 com a Imprensa Régia, órgão oficial que produzia os manuais para os cursos criados por D João VI. Após 1822, com o término do monopólio da Imprensa Régia, começaram a surgir as editoras particulares, destacando E. & Laemmert, Nicolau Alves e B.L. Garnier, que eram responsáveis por 44% da produção, em 1885. Em 1929, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com o objetivo de contribuir para a legitimação do livro didático nacional e auxiliar em sua produção. Todavia, só em 1934, no governo de Getúlio Vargas é que o INL recebeu suas primeiras atribuições, dentre elas a edição de obras literárias para a formação cultural do povo brasileiro, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional.

Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) pelo Decreto Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação das obras. Observa-se nesse contexto uma função político-ideológica da Comissão sobrepondo a função didática, onde o Ministério da Educação e Saúde apresentava preocupação em relação ao controle do material educativo utilizado pela população escolar, já que a educação era um veículo privilegiado para a inserção de novos valores e modelagem de condutas. Nesse sentido, o livro didático passou a ser como peça ideológica de fundamental importância na difusão desses valores.

Essa percepção do livro didático como importante viabilizador de valores e ideologias alcança durante o período de Ditadura Militar expressão máxima. A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público, sendo evidente a censura e controle social. Por outro lado, todo esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem, ainda hoje, como o seu maior desafio. Ainda no contexto do período militar, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional, estimulando o processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva.

Apenas com o processo de redemocratização brasileira nos anos de 1980 é que emergem discussões sobre a manipulação e o controle ideológico presentes nas obras didáticas e os prejuízos decorrentes da formação de mentes acríticas em função das “verdades” inseridas no material didático destinado às crianças e jovens, que aprendiam sem perceber o caráter manipulador, falsificador e desmoralizador que disfarçava o intento de formar gerações incapazes de ter um olhar crítico da situação.

2. OS PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL

A partir dos anos de 1980, o Governo Federal passou a implementar programas de livros didático no Brasil. Em 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, de maneira progressiva, foi incluindo no programa as distintas disciplinas que compunham o currículo escolar e favoreceu a incorporação dos professores no processo de escolha do material, representando um grande avanço. Contudo, só em 1996, quando o cenário político brasileiro já não era mais caracterizado por um regime autoritário, que se efetivou a avaliação pedagógica dos livros didáticos. Vale ressaltar

que esse processo, também foi marcado por tensões, críticas e confrontos. A partir daí, ficou estipulado que a aquisição de livros didáticos adquiridos com verbas públicas para o uso de estudantes no território brasileiro deveria sujeitar-se às inscrições e avaliações prévias. De 1985 a 1996 os critérios de avaliação foram sendo aprimorados por meio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, análises diversas, críticas e observância dos parâmetros avaliativos.

A partir de 2001, o PNLD ampliou sua área de atuação e começou a atender, de forma gradativa, os alunos portadores de deficiência visual que estavam nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas. Em 2004, com a Resolução nº 40, de 24/8/2004, ficou instituído o atendimento também aos estudantes portadores de necessidades especiais das escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, definidas no censo escolar, com livros didáticos de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários. Já o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) foi Implantado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o programa prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio público de todo o país, ampliando assim a oferta do conhecimento através dos livros didáticos. Apenas em 2007 chegaram os catálogos do PNLEM para a escolha do livro didático de História.

O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) foi criado pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, para distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais. Entidades parceiras são os estados, Distrito Federal, municípios, entidades da sociedade civil organizada e instituições de ensino superior que estabelecem parceria com o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), na execução das ações do Programa Brasil Alfabetizado. Todos esses programas têm por objetivo dar cumprimento ao Plano Nacional de Educação - que determina a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos no primeiro segmento de Educação de Jovens e Adultos. O FNDE executa diretamente os programas, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, que são realizadas de forma centralizada, a escolha dos livros, entretanto é

feita pelos professores da rede pública. Os resultados do processo de escolha são publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos estados e municípios. Em caso de desconformidade, os estados e municípios podem solicitar alterações, desde que devidamente comprovada à ocorrência de erro, porém isto não é um processo fácil e pode demorar muito, atrasando o uso do livro na escola.

2.1 O Papel das Editoras e o Mercado Editorial.

Atualmente, as produções dos livros didáticos possuem um alto grau de complexidade criando uma dissociação entre aqueles que os escreve - os autores- e aqueles que os produzem e publicam - as grandes editoras. Como um produto de consumo, sua produção busca atender a demanda de mercado e superar a concorrência. Em relação ao livro didático de história, o compromisso das editoras não é com as correntes históricas, mas com a aceitação e venda das coleções. Por isso, diversificam para abranger aos diferentes professores e posições ideológicas. Em sua pesquisa sobre livros didáticos e editoras, Munakata (2007) entrevistou a Editora Ática (uma das maiores no setor de didáticos e paradidáticos, no Brasil) questionando se havia uma opção político-pedagógica, respondeu o gerente editorial João Guizzo, responsável pela área de Estudos Sociais:

Não, isso não. Realmente o pensamento educacional, a ideologia, a metodologia – isso tudo tem que atender à necessidade do mercado. A gente procura ter diversas coleções em cada área, diversas coleções. Assim, por exemplo, um livro com uma visão um pouco mais tradicional, um livro com uma visão mais avançada, mais crítica, assim por diante. Então, se você tem três, quatro, cinco coleções, a área está praticamente atendida, desde que se tenha uma venda boa, porque se eu tenho três coleções, mas nenhuma vende, então tem espaço para outras. (MUNAKATA, 2007, p. 274)

Nessa dimensão de análise, o livro didático precisa ser entendido como uma mercadoria, um grande negócio do mundo editorial, pautado na lógica do sistema capitalista de produção, voltada ao lucro. É um produto da indústria cultural, padronizado e pasteurizado, com valor de uso e de troca, objeto descartável e perecível, principalmente nas versões chamadas “consumíveis”. Assim, objetivando atender as demandas do mercado, as editoras de livros didáticos têm buscado adequar a produção didática de história às renovações da ciência histórica e do ensino de história,

principalmente propondo apresentar e trabalhar os conteúdos através de diferentes tipos de documentos.

Em meio à diversidade de títulos existentes no catálogo das editoras, é possível observar que, em relação ao uso de diversas linguagens sugeridas pelos livros didáticos, o filme tem sido apresentado como uma importante fonte e recurso para o estudo da história. A proposta desse trabalho é analisar de que forma estas obras sugerem utilizar os filmes nas aulas de história. Existe de fato uma proposta didática para o uso de filmes na aula de história nos livros selecionados no catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio- PNLEM? A incorporação da linguagem-filme realmente se efetiva na obra ou se limita apenas a listagens de filmes relacionados ao assunto? As atividades sugeridas nas obras contemplam os filmes sugeridos ?

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos proposto nessa pesquisa, foi preciso inicialmente, fazer um levantamento das 19 coleções de História do PNLEM 2008 para identificar quais propunham trabalhar com a linguagem-filme. As coleções selecionadas no catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio- PNLEM foram:

A escrita da História – volume único. Renan Garcia Miranda e Flavio de Campos

Brasil – História e sociedade – volume único. Francisco Maria Pires Teixeira

Ciências Humanas e suas tecnologias –volumes 1, 2 e 3. A. Martini, R. S. Del Gaudio, J. B. S. Filho e C. M. J. Anastacia

História – volume único. Divalte Garcia Figueira

História – volume único. Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi

História – Coleção Vitória-Régia. volume único. Renato Mocellin

História – das cavernas ao terceiro. milênio – volumes 1, 2 e 3. Patrícia do Carmo R. Braick e Myriam Becho Mota.

História do mundo ocidental – volume único. Lizânias de Souza Lima, Yone de Carvalho e Antonio Pedro.

História em Curso – o Brasil e suas relações com o mundo ocidental – volume único
Marly da Silva Motta, Dora Guimarães M. Rocha e Américo Oscar G. Freire

História Geral e Brasil – volume único. José Geraldo Vinci de Moraes

História Global – Brasil e Geral – volume único. Gilberto Vieira Cotrim

História Moderna e Contemporânea – volume único. Maria Helena V. Senise e Alceu L. Pazzinato

História – trabalho, cultura e poder – volumes 1, 2 e 3. Ediméri S. Vasco, Sergio A. Silva, Adriana de Oliveira e Gabardo Dell’Agostino

História: Uma abordagem integrada – volume único. Eduardo A. B. Ojeda, Nicolina L. Petta e Luciano Emidio Delfini

Nova História crítica – volume único. Mario Furley Schmidt

Nova História integrada – volume único. Luiz E. O. Fernandes e João Paulo M. H. Ferreira

Pelos caminhos da História – volumes 1, 2 e 3. Adhemar Martins Marques

Panorama da História – volumes 1, 2 e 3. Silvio A. Pêra, Newton N. Jr. e Elaine Senise Barbosa

Rumos da História – História Geral. e do Brasil – volume único. Maria T. D. Moraes e Antonio P. M. Rezende

Após a identificação das obras que destacam o uso de filme, seja no corpo da coleção ou no manual do professor, foram efetivados questionamentos para a análise do seu uso, destacamos: Em que momento ocorre a sugestão do filme? No manual didático destinado apenas para o professor ou no corpo da coleção, acessível ao aluno? Como ela ocorre? Qual o conteúdo relacionado? Quais atividades propostas para o aluno? Quais atividades proposta para o professor? Existem atividades no livro que contemplam a análise do filme? Existem subsídios para o professor explorar didaticamente o filme sugerido? Existe comunicação entre os textos da coleção didática e os filmes sugeridos?

Tais perguntas visaram analisar se há ou não uma coerência entre os filmes sugeridos e os conteúdos de ensino abordados nas coleções e o teor das propostas didáticas.

4 ANÁLISE DA PESQUISA:

Observa-se que as 19 coleções tiveram a preocupação de evidenciar, em algum momento da obra, seja nos capítulos ou no manual do professor, o filme como uma ferramenta de ensino viabilizadora da aprendizagem. Napolitano coloca que existem três possibilidades básicas de relação entre história e cinema:

O cinema *na* história; a história *no* cinema e a História *do* cinema. Cada uma das três abordagens implica uma delimitação específica: O cinema *na* História é o cinema visto como fonte primária para a investigação historiográfica; a história *no* cinema é o cinema abordado como produtor de um discurso histórico e como intérprete do passado; e, finalmente, a História *do* cinema enfatiza o estudo dos avanços técnicos. (NAPOLITANO, 2006, p. 240).

Apesar de tal visão ser ressaltada em algumas coleções como “Das cavernas ao terceiro milênio”, de Mota e Braick (2005, p. 7, manual do professor) quando afirmam que “a obra cinematográfica nos diz mais sobre a época em que foi feita do que sobre o fato histórico que inspirou o enredo”, apenas sete coleções sinalizaram para as possibilidades de trabalho com o filme contemplando questões que vão além da exibição. A maioria das obras didáticas se limitou a fazer listagens de livros que poderiam ser assistidos sobre o capítulo estudado. Isso não significa dizer que o uso do filme está incorporado às obras como fonte história. Na maioria dos livros analisados, o filme é apenas mais uma fonte de informação, não permitindo ao professor e ao aluno entender a dimensão do filme como objeto de investigação de uma determinada época, ou melhor, épocas: a retratada e a produzida pelo filme.

Mesmo nas coleções que se limitaram apenas listar os filmes, percebe-se a preocupação em oferecer aos alunos possibilidades de utilizar a linguagem como complementação dos estudos e aprendizagem, em “Nova História Integrada” (FERREIRA; FERNANDES, 2005), apresenta-se em cada capítulo uma seção denominada “Para saber mais- para assistir”. Entretanto, ressalta-se que sem uma proposta pedagógica articulando o texto didático, as atividades e o filme, dificilmente poderá se obter aprendizagem histórica através do cinema. Observa-se que autores e editoras conhecem bem o potencial da linguagem cinematográfica e sua importância no mundo audiovisual dos alunos e professores. Prova disso que, em algumas coleções, apesar da ausência de propostas pedagógicas, há a utilização de cartazes de filmes como imagem ilustrativa nos capítulos. No capítulo, por exemplo, “O período Vargas” obra “História- uma abordagem integrada” há um cartaz do filme “Olga” acompanhado da seguinte informação: “Figura 4- a alemã Olga Benário, militante comunista [...] Na foto, cartaz do filme Olga, dirigido por Jayme Monjardim, 2004” (PETTA; OJEDA, DELFINI, 2005, p. 276). Outro exemplo está na coleção “Ciências Humanas e suas tecnologias”(2005) que, apesar do seu texto não estabelecer relações com o uso de filmes, o manual para professor coloca: “A expansão espanhola é muitíssimo bem retratada no filme: ‘1492: a conquista do Paraíso’ a que, **se possível** os alunos devem assistir. Ao professor cabe elaborar um roteiro e colocar algumas questões para uma análise bem fundamentada do filme” (SILVA FILHO et al, 2005, p. 59, grifo nosso). Observa-se que apesar de reconhecer a importância do filme não há nenhuma proposta

didática que o coloque como uma fonte de análise, destinando-o um papel de uma atividade complementar sob total responsabilidade do professor, que pode inclusive optar por não trabalhá-lo.

Em todas as obras analisadas apenas sete coleções continham uma proposta metodológica ou orientações teóricas para trabalhar filmes na sala de aula, as demais se mantiveram restritas a listagem de filmes, são as coleções com propostas pedagógicas:

QUADRO 1 Livros Analisados pela Pesquisa que possuíam proposta de trabalho com a linguagem filme.

Livros/autor/ Editora	Proposta metodológica: onde ocorre	Apresenta análises específicas sobre os filmes sugeridos subsidiando o professor explorar historicamente?	Existe uma comunicação entre o texto da coleção e o filme sugerido?	Existem atividades no livro que contemplem análise do filme e propostas de atividades para o aluno?
História Coleção vitória-régia Vol. Único. Renato Mocellin IBEP 2005	No corpo da obra, apenas no capítulo “Introdução aos estudos históricos”. No manual do professor.	Sim, apenas como exemplo, Gladiador (EUA, 2000) em seguida sugere apenas uma listagem de filmes.	Sim	Sim, apenas no capítulo introdução aos estudos históricos. Nos demais capítulos onde existem sugestões de filme não há outras sugestões de atividade.
História. Vol. Único Gislane Campos Azevedo Seriacopi; Reinaldo	Manual do professor	não	não	Não

Seriacopi. Editora ABDR 2005				
História Global e Brasil. Vol. Único. Gilberto Vieira Cotrim Saraiva 2005	Manual do professor	não	não	Não
História Geral e Brasil Vol. Único. José Geraldo Vinci de Moraes. Editora Atual	Manual do professor	não	não	Não

2005				
Pelos Caminhos da História Vol. 1, 2 e 3 Adhemar Marques Editora Positivo 2005	Manual do professor	não	não	Não
História das cavernas ao terceiro milênio. Vol. 1, 2 e 3. Myriam Becho Mota Patrícia Ramos	Manual do professor	não	não	Não

Braick				
História do Mundo Ocidental. Vol. Único Antonio Pedro; Lizâneas de Souza Lima; Yone de Carvalho. Editora FTD 2005	Na obra didática e no manual do professor	Sim, traz análises dos filme: “A guerra do fogo”, “Excalibur”, “O incrível exército de Brancaleone”, “Xica da Silva”.	sim	Não

É possível perceber que mesmo as coleções trazendo uma proposta pedagógica para trabalhar o filme em sala de aula, as sugestões ainda estão restritas ao manual do professor, sem uma articulação entre o texto e o filme sugerido, apenas duas coleções fogem desse padrão mas não conseguem avançar em termos de proposta pedagógica porque não oferecem articulação entre as atividades e exercícios que acompanham os conteúdos. Na maioria, as orientações se restringem ao manual do professor, com orientações generalizantes, tais como “todo e qualquer filme que o professor vier a utilizar como uma “ferramenta” em seu trabalho deve, necessariamente, ser contextualizado, e determinadas questões, como as que dizem respeito ao “discurso” que o diretor procurou implementar, devem ser previamente discutidas com os alunos” (MARQUES, Adhemar, 2007, p. 11, manual do professor).

Na mesma diretriz segue a coleção “História das Cavernas ao Terceiro Milênio” (vo’11. 1,2 e 3), de Myrian Becho e Patrícia Ramos que apresenta no final de cada capítulo sugestões de filmes recomendados para o trabalho com um pequeno resumo. As orientações seguem no manual do professor, orientando que o filme deve ser assistido pelo docente antes de exibi-lo, para avaliar a adequação do filme a realidade dos seus alunos ou, se for o caso, para selecionar as passagens mais apropriadas para o trabalho que propôs desenvolver. Diz as autoras:

O trabalho com o cinema nas aulas de História não pode prescindir de uma demarcação prévia entre o que é conhecimento histórico e o que é uma interpretação livre do passado, sem compromisso com a objetividade e a documentação, ao contrário da ciência histórica, que não pode se furtar do compromisso com a objetividade e os registros do passado. (MOTA; BRAICK, 2005, p. 7, manual do professor)

A História coleção Vitória-Régia, de Renato Mocellin (2005, p. 15-16) nos traz uma proposta metodológica bastante interessante pois apresenta um capítulo específico para tratar a ciência histórica e sob o subtítulo “História e cinema” faz uma discussão sobre as possibilidade de conhecer o passado pelas diversas linguagens existentes, ressaltando ainda os cuidados para “evitar os estereótipos, as simplificações, a caricaturização de períodos e personagens e sobretudo anacronismos”. No final do

capítulo questiona “filmes são usados para manipular o conhecimento histórico? Justifique.” No manual do professor o autor comete um equívoco ao afirmar que “de forma geral os documentários são confiáveis, pois tem a participação de professores e pesquisadores renomados, já as obras de ficção devem ser usadas com cuidado” (MOCELLIN, 2005, p. 26, manual do professor) entretanto, sabe-se que

Por mais que os documentários sejam frutos de trabalhos aprofundados e sérios [...] o professor deve evitar partir do princípio que a abordagem dada pelo documentário é a única possível ao tema retratado ou que o conteúdo mostrado é a realidade social ou verdade científica sobre o assunto. Mesmo o mais didático e voltado para o público escolar, é um gênero de filme que implica em um conjunto de regras de linguagem para a elaboração do roteiro, técnicas de filmagens, princípios de montagem e edição, ou seja, implica um conjunto de escolhas dos profissionais envolvidos na sua realização. (NAPOLITANO, 2006, p. 31)

Ainda no manual o autor fornece indicações de filmes, mas se restringe a analisar, a título de exemplo, apenas o filme *Gladiador*, inclusive para reforçar a perspectiva dos perigos da ficção em relação aos equívocos históricos. Contextualizado no conteúdo de Roma descrevendo os aspectos da época do imperador Marco Aurélio, demonstra ao professor como usar esse recurso para melhor enriquecer as suas aulas, ressaltando as contradições históricas do filme, mas com o objetivo intrínseco de facilitar a aprendizagem do educando e ajudando o docente a usar a criatividade.

Na perspectiva de Napolitano (2006) sobre o documentário a coleção “História Geral e Brasil”, de José Geraldo Vinci de Moraes (2005, p.16, manual do professor), coloca em seu manual:

Como qualquer outro documento, o registro do passado por meio das câmeras expressa subjetividades (diferentes na ficção, é claro), e a construção/composição em forma de filme as enquadra de acordo com sua seleção temática, montagem, locução e música. O filme não é uma expressão fiel do “real”, mas uma construção que representa parcelas das construções humanas do passado. Tanto os filmes de ficção como os documentários podem e devem ser trabalhados na sala de aula,

seguindo alguns critérios metodológicos estabelecidos pelo professor de acordo com as condições existentes na escola. Para isso propomos que ele seja abordado como um documento que tem uma linguagem própria.

Ao final de cada unidade a coleção apresenta uma filmografia básica, relacionada com os conteúdos abordados. Afirma que o objetivo do trabalho com filmes é também possibilitar a realização do exercício sistemático e continuado, complementar ao livro didático e estimular os alunos a perceberem como se dá a construção do conhecimento histórico. Para isso as escolhas dos filmes seguem critérios que levam em conta principalmente uma visão pedagógica que está classificada de acordo com cada unidade. Apresenta como diferencial a sugestão de construção de uma “ficha filmográfica central” sugerida para desenvolver com os alunos.

O livro de Gilberto Cotrim História Global Brasil e Geral (2005) vem recomendando ao professor que antes de qualquer coisa ele precisa ter assistido ao filme indicado e analisado considerando a necessidade de um trabalho de contextualização do filme junto aos alunos. Pode-se refletir sobre as formas de narrativa, levando os alunos a observar as diferenças entre obras ficcionais e documentários, é importante também os educandos terem contato com os filmes antes, mesmo que em discussão, antes de assistirem, para que ocorra um grande envolvimento com os assuntos que serão posteriormente estudados.

Gislane Seriacopi e Reinaldo Seriacopi (2005), assim como os outros, também sugerem que antes de tudo o professor assista ao filme orientando os alunos a prestar atenção nas questões específicas do filme e estimulá-los a emitir opiniões sobre o que acabaram de assistir, a fim de aguçarem a capacidade de manter permanente o olhar crítico sobre o conteúdo histórico do filme, sendo recomendável orientar os alunos a buscar algumas informações básicas a respeito do filme, antes de assistir, tais como: “quem é o diretor? Os personagens retratados são verídicos? Existem críticas quanto ao rigor histórico das informações? Há lacunas e omissões? Existem abordagens diferentes da que apresentada pelo filme?” (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005, p. 7 do manual do professor)

A única obra que inseriu a análise do filme no corpo do texto didático foi “História do Mundo Ocidental”, de Antônio Pedro, Lizâneas de Souza Lima e Yone de Carvalho (2005), em uma sessão que denominaram “História e cinema”, sendo esta presente em alguns capítulos apenas conforme demonstrado no quadro 1. Apesar da relevância da análise que ultrapassou o limite do resumo e sinopse, infelizmente os autores não articulam o conteúdo da análise com os exercícios propostos, tal como é exigido em avaliações como Enem, vestibulares e concursos.

Diante das propostas analisadas observa-se que as atividades trabalhadas com filmes, documentários e ficção conquistaram espaço importante no dia-a-dia da escola e do professor, e por isso vale aprofundar sua prática e refletir sobre seus conteúdos e formas, abrangendo seus conteúdos e aprofundando seus conhecimentos históricos, com criatividade, ressaltando que os educandos podem aprender de maneira prática. Com todas estas indicações os professores podem melhorar as aulas e o ambiente da sala de aula, enfatizando que as novas metodologias podem ampliar os conhecimentos de todos e garantir uma visão crítica e inovadora. Entretanto, é preciso ressaltar que a exibição do filme, por si só não confere nenhum tipo de aprendizagem, é preciso intervenção do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa aqui apresentada é possível observar que, nos últimos anos, o ensino de história vem sofrendo diversas mudanças. Neste contexto, os manuais didáticos tornaram-se a tônica das discussões acerca do processo ensino-aprendizagem. De um lado, teóricos que defendem a tese de que o manual didático é um elemento indispensável à sala de aula, do outro, estudiosos que mostram que o manual didático é, apenas, um recurso a que o professor pode recorrer. Essa visão maniqueísta porém precisa ser superada.

Neste estudo, procurou-se analisar como tem sido o uso do cinema no ensino de história por meio das propostas dos livros didáticos selecionados pelo Guia do PNLEM 2008 – Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio, ficando evidente que das dezenove coleções analisadas, apenas sete manuais didáticos apresentaram propostas de trabalho pautadas no uso de filmes como recurso metodológico passível de

execução. Ainda é necessário ressaltar quem mesmo as obras que continham as propostas apresentaram limites em relação ao uso do filme para fins didáticos. Assim, apesar das sugestões de filmes considerados adequados para o desenvolvimento de aulas, não existem atividades que efetivem um trabalho relacionando a linguagem filmática e textual. Cabe então ao professor de história definir critérios de seleção dos manuais didáticos pautadas na apresentação de uma proposta de trabalho concreta e coerente com as concepções e discussões acerca do fazer pedagógico em história sem perder de vista que o manual didático é algo que deve contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, mas que este é marcado por ideologias que podem prejudicar a formação do indivíduo crítico - reflexivo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.
- _____. **Livro Didático e Saber Escolar** (1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008-(História da Educação).
- _____. (org.). **O Saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FERRO, Marc, **Cinema e História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FONSECA, Selva G. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- _____. **Didática e prática de ensino de história: experiências, e flexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília, DF, 1998
- MONTEIRO, Ana Maria. GASPARELLO, Arlette. MAGALHÃES, Marcelo (org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007.
- MONTEIRO, A.M.F. da C. **Ensino de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- MUNAZATA, Kazumi. **História que os Livros Didáticos contam depois que acabou a Ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos César de Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **A história depois do papel**. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. Fontes Históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Catálogo do programa nacional do livro para o Ensino Médio de história. PNLEM/2008. Brasília, Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica, 2007.

COLEÇÕES DIDÁTICAS ANALISADAS

BRAICK, Patrícia do Carmo R.; MOTA, Myrian Becho. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 2005. (Volumes 1, 2 e 3)

COTRIM, Gilberto Vieira. **História Global- Brasil e Geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

FERNANDES, Luiz E. O. FERREIRA, João Paulo M. H. **Nova História Integrada**. São Paulo: Editora CDE, 2005. (vol. Único)

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de; PEDRO, Antônio. **História do mundo ocidental**. São Paulo: Editora FTD, 2005. (Volume único)

MARTINI, R.S; DEL GAUDIO, J.B.S.FILHO; ANASTASIA. **Ciências humanas e suas tecnologias**. 1.ed. São Paulo: IBEP, 2005. (vols. 1, 2 e 3)

MARQUES, Adhemar Martins. **Pelos Caminhos da História**. Curitiba: Editora Positivo, 2005. (vols. 1, 2 e 3)

MIRANDA, Renan Garcia; CAMPOS de, Flávio. **A escrita da História**. 1 ed. São Paulo: Editora Escala,2005. (Volume único)

MOCELLIN, Renato. **História-** coleção Vitória Régia. São Paulo: Editora IBEP, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci. **História Geral e do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Atual, 2005. (volume único)

MORAES, Maria T. D.; REZENDE, Antônio P. M. **Rumos da História**. 2.ed. São Paulo: Editora Atual, 2005.

MOTTA, Marly da Silva; ROCHA, Dora Guimarães M.; FREIRE, Américo Oscar. São Paulo: Editora do Brasil, 2005. (volume único).

OJEBÁ, Eduardo A. B.; PETTA, Nicolina, L.; DELFINI, Luciano Emidio. **História-** uma Abordagem Integrada. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

PERA, Sílvio A.; N. Jr. Newton; BARBOSA, Elaine Senise. **Panorama da História**. Curitiba: Editora Positivo, 2005.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2005.

SERIACOPI, Gislane; Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. (Volume único).

SENISE, Maria Helena V.; PAZZINATO, Alceu. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. **Brasil-** História e sociedade. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. (vol único).

VASCO, E.S.; SILVA, Sérgio A. OLIVEIRA, E.S.; DELL'AGOSTINO. **História-** trabalho, cultura e poder. Curitiba: Editora Base, 2005. (vols. 1, 2 e 3).